

O LUGAR SOCIAL DO PRESBÍTERO NO BRASIL

*Geraldo Luiz Borges Hackmann**
Ludinei Marcos Vian

Resumo

O artigo estuda a relação entre o presbítero e a sociedade brasileira. Inicia com o estudo da situação atual do Brasil, para, em seguida, refletir sobre a natureza e a missão do presbítero, finalizando com o lugar que ele exerce na sociedade, a partir de sua identidade como sinal de Deus no mundo.

PALAVRAS-CHAVE: realidade brasileira, religiosidade, presbítero, sociedade, sacramento da Ordem, Igreja.

Abstract

This article deals with the relation between the presbyter and the Brazilian society. It begins with a study of the present Brazilian situation and immediately makes considerations about the nature and mission of the presbyter and concludes focusing on the place by him occupied in the society, with his identity as a sign of God in the world.

KEY WORDS: *Brazilian reality, religiosity, presbyter, society, sacrament of Order, Church.*

A Igreja, nos seus dois mil anos de atuação, sempre teve pessoas dedicadas exclusivamente a sua missão de evangelizar e pastorear o Povo de Deus, como também a sua organização institucional. A partir do evento Jesus Cristo, estas pessoas, sob as luzes do Espírito Santo, levaram o cristianismo, desde a época apostólica até aos dias de hoje, a se tornar uma das grandes religiões do mundo de hoje.

* Doutor em Teologia. Professor e coordenador do curso de Teologia da PUCRS. Este trabalho, orientado pelo Prof. Hackmann, é resultado da pesquisa feita por Ludinei Marcos Vian, durante o ano de 2006, financiada pela *Bolsa de Pesquisa Aluno*. A pesquisa baseia-se estritamente em dados bibliográficos.

Nesses dois mil anos de história do cristianismo, e, particularmente, da Igreja Católica, muitos fatos o marcaram profundamente: a evangelização dos continentes; muitos santos, que deram e dão um testemunho autêntico de fé; uma grande legião de mártires, que tiveram a coragem de morrer pela fé cristã; tensões internas e externas, que resultaram em cismas; grandes intelectuais, que deram cientificidade e prestígio para o cristianismo; uma organização institucional, que tem em vista a realização da finalidade pastoral da Igreja.

Hoje, a Igreja está atravessando uma fase nova de sua caminhada histórica. Essa teve início com o Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), que, ao intentar renová-la, conseguiu imprimir-lhe um novo impulso, fazendo com que ela buscasse dar uma resposta aos desafios que são postos a ela, neste momento da história da humanidade, de modo especial, de início de um novo milênio, caracterizado por mudanças cada vez mais rápidas e marcado por uma cultura em transformação, a pós-moderna.

O Brasil, país em processo de desenvolvimento, apesar de ser, ainda hoje, um dos países com maior número de católicos do mundo, sofre o impacto proveniente da globalização. Frente a isso, conforme os dados do último censo do IBGE, de 2000, percebe-se uma queda acentuada no número de católicos.¹

O acelerado avanço científico produz uma sociedade cada vez mais racional e técnica, gerando ceticismo nas verdades até então cridas, o que acarreta carência de respostas sobre o sentido da vida. Hoje, as pessoas continuam sentindo a necessidade de Deus, talvez, mais do que nunca, mas buscam-no nas mais diferentes formas, não mais nas religiões institucionais. Apesar do avanço tecnológico, a par de grandes e significativas descobertas, a sociedade não consegue resolver inquietações referentes ao eu que se relaciona consigo mesmo, com os outros, com a sociedade e com Deus. Surgem, assim, os mais variados problemas, tais como o stress, a depressão, o alcoolismo, entre tantos outros. Ao lado dessa ordem de dificuldades, situam-se os problemas econômicos e sociais, como os da poluição, da pobreza, da violência, das guerras, e, particularmente aqui no Brasil, da grande desigualdade social.

Nesse contexto, encontra-se o presbítero brasileiro, que, frente a tais situações e desafios totalmente novos, não está alheio a essa

¹ Dados do Censo de 2000 do IBGE.

realidade. Apesar de muitas vezes ficar perplexo, ele tem um contributo a dar na solução de diversos problemas e, principalmente, na questão angustiante do sentido da vida, com uma mensagem de paz, solidariedade e justiça social, provindas do Evangelho de Jesus Cristo.

Mas aqui cabe a questão de descobrir como o contributo próprio dado pelo presbítero, hoje, é recebido pela sociedade brasileira. A resposta a essa questão fará descobrir o lugar social ocupado pelo presbítero na sociedade brasileira, que é o objetivo principal deste artigo.

Em um primeiro momento, far-se-á uma rápida análise de conjuntura da sociedade brasileira, do ponto de vista pastoral, tendo como base as publicações feitas pela Igreja Católica, além de incluir, neste item, uma breve explanação da atual situação do clero brasileiro e, também, da inter-relação entre presbítero e sociedade, diante da influência recíproca que um exerce sobre o outro, acarretando, assim, conseqüências, máxime no que tange à missão do presbítero. Em um segundo momento, identificar-se-á a natureza e a missão do presbítero, de acordo com os documentos recentes do Magistério, principalmente a *Presbyterorum Ordinis*, e a reflexão teológica sobre o tema em tela. Por fim, no último ponto, encontrar-se-á uma explanação do lugar social ocupado pelo presbítero, objetivo-fim desta pesquisa teológica. Com isso, se pensa ter dado um contributo para a reflexão sobre a relação entre a pessoa do presbítero e a sua relação com a sociedade brasileira.

1 Uma visão pastoral da sociedade brasileira e do presbítero

1.1 *A sociedade brasileira*

Como não é tarefa fácil fazer uma análise da sociedade brasileira atual, do ponto de vista científico, devido à amplidão do tema e das facetas a serem abordadas, optou-se por olhá-la do ponto de vista pastoral.

Uma primeira observação diz respeito ao número de católicos no Brasil. A análise dos dados permite concluir que está havendo declínio do catolicismo no Brasil, apesar do crescimento numérico dos católicos, nesses trinta últimos anos. As estatísticas do IBGE são claras: em 1970, eram católicos 93.470.306 habitantes do país, o que dá um percentual de 91,8% dos brasileiros; em 1980, 119.009.778 habitantes, com percentual de 89%; em 1991, 146.814.061 habitantes, representando 83,3%; em 2000, eram 169.870.803, o que dá 73,9%. A maioria da

população brasileira ainda se diz pertencente à religião católica, mas com uma queda acentuada, em relação à população total. Enquanto o número de católicos representava 91,8% da população brasileira, em 1970, em 2000 representava 73,9%, diminuindo, portanto, 17,9%. E a população brasileira cresceu, nesse período, aproximadamente, 80%. Percebe-se que o número de católicos aumentou, mas não na mesma proporção do aumento populacional, causando a queda no percentual de católicos. Estão ganhando espaço os evangélicos, que cresceram de 5,2%, em 1970, para 15,6%, em 2000, e os Sem religião, de 0,8% em 1970, passaram para 7,4% em 2000, representando 12.492.189 habitantes do país.

Entre as possíveis causas desse declínio, pode-se apontar, em primeiro lugar, o subjetivismo aplicado à fé e à expressão religiosa, que rechaça os valores referenciais e julga tudo sob o prisma da própria opinião pessoal. Em segundo lugar, encontra-se o individualismo, fruto da sociedade pós-moderna. Esse leva a dispensa da religião institucional e tradicional, substituindo-a por uma religiosidade vivida em moldes individuais. Outra consequência é a crise das instituições permanentes, como, por exemplo, a família, porque fundamentada em valores não mais aceitos. Todas estas estão perdendo sua relevância e mudando seu perfil, enquanto entendidas em um sentido de adaptação aos novos tempos em que se vive.²

A Revista *Isto É*, de 10 de maio de 2006, ao fazer uma análise dessa pesquisa, ressalta:

No período entre 1991 e 2000, o número de católicos diminuiu 10% em São Paulo – mesma média nacional – caindo para 68% da população. No Rio de Janeiro, a perda foi de quase 9%. A maior migração ocorreu em Manaus, que viu 16,8% de seus fiéis irem embora. A cidade “menos católica” é Goiânia, onde eles encolheram de 74% para 61% do total. A menor queda aconteceu em Porto Alegre, onde 5,9% dos católicos converteram-se a outras religiões.³

Esses dados propiciam uma série de questões. Como exemplo, pode-se citar a interrogação proposta por Alberto Antoniazzi, que se

² Sobre a realidade religiosa do Brasil, feita a partir dos dados do IBGE, ver JACOB, César Romero; HEES, Dora; WANIZ, Philippe e BRUSTLEIN, Violette. *Atlas da filiação religiosa e indicadores sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora PUC-RIO; São Paulo: Loyola; Brasília: CNBB, 2003.

³ Revista *Isto É*. *Debandada de fiéis*. São Paulo: Três Editorial, n. 1907, p. 79, 10 maio 2006.

pergunta se foram as pessoas que abandonaram as Igrejas ou as Igrejas que as abandonaram, por não conseguirem cuidar delas.⁴ Como também se verifica não só a diminuição do número de católicos, mas também o aumento dos que se dizem sem religião, vale perguntar se alguma vez buscaram uma resposta para o sentido da vida e não a encontraram ou, até, tiveram uma experiência religiosa negativa, o que acarretou o desencanto com qualquer religião instituída e a preferência por ficar à margem da religião.

Outra questão a ser posta é sobre quem abandona a religião católica. A experiência confirma que muitos assumem a situação de sua prática religiosa, que era nula, e, por isso, deixam de se considerarem católicos. Diante disso, se verifica que cada vez mais se está diante da exigência de uma verdadeira convicção religiosa, diante da situação de hoje, quando a tradição familiar ou a conveniência social não são mais suficientes para garantir a permanência de uma pessoa na religião católica, diante dos inúmeros apelos. Talvez até essa constatação leve a uma previsão de maior declínio do número de católicos no Brasil, no futuro próximo.

Acrescente-se a isso a questão do alcance do trabalho pastoral do presbítero. Normalmente, ele está circunscrito ao trabalho paroquial. Alberto Antoniazzi questiona se ele é capaz de ultrapassar as fronteiras de sua paróquia e atender aquelas pessoas que estão mais longe e não apenas as que estão em sua volta. E ele inclui nesse questionamento a estrutura paroquial, no sentido de se questionar o quanto ela permite ao presbítero ir além das atividades estritamente paroquiais e conseguir alcançar as pessoas que estão à margem da paróquia. O desafio, hoje, é exatamente este: conseguir atingir as pessoas que estão distantes da estrutura paroquial.

Outra gama da realidade brasileira é a sua situação social. Ela revela uma grande desigualdade entre as pessoas. É o caso de 21% dos brasileiros, que encontram dificuldades para prover satisfatoriamente as necessidades familiares básicas com seus salários.⁵ Também há um

⁴ ANTONIAZZI, Alberto. *Por que o panorama religioso no Brasil mudou tanto?* 3. ed. São Paulo: Paulus, 2006, p. 10.

⁵ CELAM. *América Latina: sociedades em mudança. Informe sucinto sobre o cenário cultural, social econômico e político na América Latina. Observatório* (Coleção Quinta Conferência – Realidade Social). São Paulo: Paulinas e Paulus. Os dados que serão citados são resultado de um estudo da população maior de 18 anos tendo em torno de 1000 e 1200 entrevistados. A margem de erro é de 2,8% e 4,16%.

descrédito com as instituições, de modo particular, com a política. 69% acreditam que a democracia é o melhor sistema de governo, embora 65% não se importariam com um governo que não fosse democrático. 35% apóiam a democracia e 28% estão satisfeitos com a democracia brasileira. Esses dados parecem induzir a uma contradição, o que leva a concluir que existe um descrédito nas instituições políticas ou no sistema de governo, porque não conseguem trazer uma situação de vida melhor para a população.⁶

Há outros dados relevantes: 28% dos brasileiros acreditam que houve redução da corrupção em instituições estatais; 63% dos brasileiros têm medo de perder o emprego; 38% estão satisfeitos com o acesso à saúde; enquanto 50% estão satisfeitos com a educação oferecida pelo país.⁷ Percebe-se que há um grande medo generalizado, por parte da população, em relação com a perda do emprego, pois dele decorrem o sustento da família e as condições mínimas de uma vida digna. Outro aspecto relativo ao emprego é a necessidade de todos trabalharem, o que prejudica a convivência familiar e a educação, pois os pais se tornam ausentes e distantes. Os filhos passam a ser criados e educados não mais por seus pais. Algo semelhante acontece com a maioria dos jovens, que, por necessidade, trabalham durante o dia e estudam à noite, para custear suas próprias despesas e ajudar o sustento da família. Diante disso, o trabalho deve ser considerado, não como um fim para o qual convergem todas as forças, mas como um dos meios de promoção da dignidade das pessoas.

Na América Latina, para 76% da população, a Igreja continua sendo a instituição mais confiável. Os problemas mais sérios para a população latino-americana são o desemprego (29% da população), os baixos salários (11%); a pobreza (10%); a corrupção (10%); a criminalidade (8%) e a instabilidade de emprego (5%). Para 38% da população latino-americana, a televisão é o principal meio de acompanhamento político.⁸

Outro dado relevante, segundo Pedro Javier González, é o percentual da população subnutrida. No Brasil, entre 1990 e 1992, 13% da população estava vivendo uma condição de subnutrição. Já nos anos entre 1998 e 2000, houve uma diminuição, quando o percentual caiu

⁶ Idem, p. 83, 85, 91-92.

⁷ Idem, p. 82, 90, 94.

⁸ Idem, p. 88-89, 90, 93.

para 10%, embora fique evidente o nível de pobreza que ainda existe no país.⁹

Outra constatação é que, no Brasil, convivem situações opostas. De um lado, existem setores extremamente desenvolvidos, enquanto outros ainda se encontram em situação de extrema pobreza. Esse é o grave problema da desigualdade social existente no país. Contudo, essa situação gritante provoca o descontentamento e denúncia da exclusão e da discriminação, assim como movimentos que promovem mudanças e inclusão. Tudo isso faz acontecer, embora lentamente, mudança das condições de vida, favorecendo a solidariedade e a responsabilidade. O desafio permanente é vencer o individualismo e o egoísmo.

Outra série de mudanças diz respeito ao rápido avanço tecnológico e científico. O desafio é tornar acessível para todos as vantagens advindas dessas descobertas, para que elas beneficiem o maior número possível de pessoas, deixando de estar à disposição de poucos. Isso vale, também, para os campos da informática, da medicina e, até, da educação.

Uma das características da religiosidade atual é a existência de uma religiosidade individualista e intra-subjetiva, bem de acordo com a religiosidade urbana, como observa João Batista Libânio:

A cidade exacerba o subjetivismo e o individualismo. E a fé corre o risco de acompanhar tal processo. Há uma diferença enorme entre o necessário processo de personalização da fé e o individualismo subjetivista. A fé tem na sua raiz uma experiência de Deus de natureza mística. A partir daí, a pessoa se refere radicalmente a Deus. Na sua liberdade insubstituível, ela percebe o duplo pólo do ato de fé. Ela é do sujeito. É ele quem crê. Mas não cria o objeto de sua fé. No caso, a pessoa de Deus que se revela. Ele é o término do ato de fé.¹⁰

Os presbíteros brasileiros estão inseridos nessa realidade e procuram, segundo sua identidade e missão, dar uma resposta aos desafios daí provenientes. Há uma influência recíproca: eles conseguem

⁹ JAVIER GONZÁLEZ, Pedro. Economia e pobreza na América Latina e no Caribe. In: CELAM. *América Latina: sociedades em mudança. Informe sucinto sobre o cenário cultural, social econômico e político na América Latina. Observatório.* (Coleção Quinta Conferência – Realidade Social). São Paulo: Paulinas e Paulus, 2005, p. 45.

¹⁰ LIBÂNIO, João Batista. *As lógicas da cidade. O impacto sobre a fé e sob o impacto da fé.* São Paulo: Loyola, 2001, p. 72.

desempenhar um papel de influência na sociedade, embora eles mesmos sofram a influência e o impacto da realidade atual da sociedade brasileira.

1.2 *A situação atual do presbítero brasileiro*

Nos últimos anos, o tema do presbítero tem suscitado interesse. Os Encontros Nacionais dos Presbíteros e algumas pesquisas, que foram realizadas pelo Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais (CERIS), demonstram a urgência do assunto. Alguns estudos foram realizados,¹¹ mas, ainda, mais deve ser refletido. A 42ª Assembléia dos Bispos do Brasil, em Itaiçá, em 2004, teve como tema central o presbítero. Ao final, os Bispos brasileiros escreveram uma Carta aos Presbíteros,¹² onde tocam diversos pontos relevantes da vida e do ministério dos presbíteros.

As estatísticas revelam que, no ano de 2002, no Brasil havia 16.634 presbíteros, sendo destes 9.783 diocesanos e 6.841 religiosos.¹³ As regiões Sul e Sudeste detinham o maior número de presbíteros, sendo regiões com maior índice de concentração populacional. A região Norte era a mais carente de presbíteros.¹⁴ No que tange ao número de habitantes por presbítero, o regional Sul 2 (Paraná) é o que tem o menor número, sendo 6.407 a 6.612 habitantes por presbítero. Já o regional Nordeste 2 apresenta o maior índice, pois eram 16.162 habitantes por presbítero. Os regionais Nordeste 3 e 5 e Norte 2 não têm uma diferença significativa, pois eram 15.001 a 16.161 habitantes por presbítero.¹⁵

Quanto ao número de paróquias, a situação não é muito diferente, pois a maior concentração se dá na região Sul e Sudeste, o que acarreta menor número de habitantes por paróquias. Interessante neste ponto é perceber que o regional Norte 2 tem 30.537 habitantes por paróquias,

¹¹ Merece destaque o livro: VALLE, Edênio (org.), BENEDETTI, Luiz Roberto; ANTONIAZZI, Alberto. *Padre, você é feliz?* Uma sondagem psicossocial sobre a realização pessoal dos presbíteros do Brasil. São Paulo: Loyola, 2004; TEPE, Dom Valfredo. *Presbítero hoje*. Petrópolis: Vozes, 1994; HACKMANN, Geraldo Luiz Borges. *Servir a Cristo na comunidade. O ministério presbiteral em Edward Schillebeeckx*. São Paulo: Loyola, 1993, 219p.; HÄRING, Bernhard. *Que padres – para a Igreja?* Aparecida: Santuário, 1995.

¹² CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL, *Carta aos presbíteros*. São Paulo: Paulinas, 2004.

¹³ Fonte: CAICBr – Censo anual da Igreja Católica no Brasil.

¹⁴ Dados de pesquisas realizadas pelo CERIS ano 2001.

¹⁵ Idem.

embora as regiões Sul e Sudeste apresentem a maior densidade demográfica, o que significa um maior número de paróquias nessas regiões.¹⁶

Após a apresentação desses dados, é importante analisar quais são as principais dificuldades e alegrias vividas pelos presbíteros. Para tal, os dados da pesquisa realizada no IX Encontro Nacional de Presbíteros, em fevereiro de 2002, são reveladores. Nesse Encontro, foram entrevistados cerca de 360 presbíteros de 209 dioceses, cujos resultados estão publicados no livro intitulado *Padre, você é feliz?*¹⁷

A pesquisa apresenta resultados muito interessantes. Um primeiro diz respeito ao modo como os presbíteros se sentem:

Na maioria das respostas os padres da amostragem se mostram como homens realizados no que são e no que fazem. Na ampla maioria, eles se sentem felizes [...]; dão importância ao trabalho que executam na sociedade e na Igreja; têm um senso de identificação pessoal com a Igreja e a Diocese; sentem como estimulador o seu ambiente imediato de trabalho; dão-se majoritariamente bem com seus paroquianos e comunidades; julgam ser positivos seus relacionamentos com os colegas de presbitério; valorizam a ação evangelizadora, da qual são os primeiros artífices; endossam as orientações pastorais da Igreja local; sentem-se motivados e entusiasmados com seu serviço presbiteral.¹⁸

Ao lado dessa constatação positiva, há outros pontos que podem gerar preocupações e merecem a atenção de presbíteros e Bispos:

[...] não é unilateralmente negativo. Mas, à diferença do que acontece nos outros aspectos considerados, as respostas a essas quatro questões revelam zonas de evidente fragilidade e insegurança. São elas: a percepção de dificuldades no processo de maturação psicossocial; a constatação de carência quanto à espiritualidade; um sentimento de insegurança em relação ao futuro e, em escala menor, uma relativa insatisfação no relacionamento com o bispo.¹⁹

¹⁶ Idem.

¹⁷ VALLE, Edênio (org.), BENEDETTI, Luiz Roberto; ANTONIAZZI, Alberto. *Padre, você é feliz?* Uma sondagem psicossocial sobre a realização pessoal dos presbíteros do Brasil. São Paulo: Loyola, 2004.

¹⁸ Idem, p. 33.

¹⁹ Idem, p. 34.

Essas duas constatações acima descritas mostram que, de um lado, o presbítero está satisfeito com o seu relacionamento com os outros e em suas funções de presbítero como guia da comunidade, contudo, de outro lado, ele, no que diz respeito ao relacionamento consigo mesmo, está sofrendo uma certa insegurança.

Essa insegurança é reflexo da situação atual da sociedade brasileira, diante da violência, dos assaltos e do desemprego, por exemplo. E aqui se toca o foco central dessa pesquisa, pois se constata a influência de um aspecto negativo da realidade da sociedade brasileira nos presbíteros, visto que a insegurança é característica própria da sociedade contemporânea.

Outro problema é o individualismo reinante na sociedade, que também atinge o presbítero e faz com que ele, muitas vezes, não consiga mais estar em comunhão com o seu bispo e seus irmãos de presbitério.

Outra série de dificuldades dizem respeito à dimensão psicosssexual. Perante uma sociedade que dá um grande valor ao sexo, compreendido quase que exclusivamente como genitalidade, o celibato presbiteral parece perder a sua força espiritual, como sinal do Reino de Deus (cf. *Mt* 19,12), além de trazer dificuldades para ele amadurecer do ponto de vista afetivo e sexual.

A isso acrescenta-se a dificuldade de ordem espiritual. Também a sociedade está passando por esse mesmo problema, como se percebe nos dias de hoje. Se o presbítero não está convicto da necessidade de se organizar para ter uma vida espiritual profunda e de acordo com a sua vocação e missão, facilmente é levado a deixar a vida espiritual para um segundo plano. Contudo, a vida espiritual é de suma importância para a existência do presbítero, porque o sacerdócio não é uma profissão, no sentido estrito, mas uma vocação, pois o sacramento da Ordem configura o ser do presbítero, sendo o trabalho pastoral muito mais do que meras atividades a serem executadas.

Diante disso, o presbítero enfrenta um grande desafio, pois não pode deixar-se abater, nem sucumbir, pela sociedade, mas deve ser sinal daquilo que é a sua vocação e a sua missão. Sem fugir do convívio social, ele deve ser diferente, pois ele é sinal de Deus no meio do povo. Tudo isso levando em conta a sua condição humana e, como tal, suas qualidades e limitações próprias de todo ser humano.

2 A natureza e a missão do presbítero

Após uma explanação da realidade social brasileira, do ponto de vista pastoral, e da situação dos presbíteros no Brasil, é necessário

refletir sobre a fundamentação teológica da natureza e da missão do presbítero, com a finalidade de se constatar, a partir daí, o seu papel social.

2.1 *A natureza do presbíterado*

Ao analisar a natureza do presbíterado, convém, antes de tudo, remarcar o que já foi repetido, inúmeras vezes, no período pós-conciliar. Em primeiro lugar, vem em destaque a igualdade fundamental de todos os batizados na Igreja, como membros do Povo de Deus. Esse é o elemento comum, e que dá a todos os batizados a pertença a um povo sacerdotal, profético e régio. Assim, os elementos cristológico e eclesial,²⁰ de acordo com a *Lumen Gentium* 1 e 2, são os mesmos para todos os batizados na Igreja. Em segundo lugar, vem a diferenciação, de acordo com a peculiaridade da vocação pessoal, que especifica a pertença de cada um na Igreja.

Alberto Antoniazzi observa que o interesse da literatura teológica sobre o ministério presbiteral passou do enfoque teológico, das décadas de 70 e 80, para a abordagem de questões práticas da vida do presbítero, na década de 90. O número de publicações também caiu, não contando, hoje, mais do que 50-70 títulos.²¹ Hoje o tema é a “experiência vivida”, ao passo que aquela versava sobre questões teológicas. O novo enfoque tem propiciado pesquisas sociológicas e não estudos teológicos.

Uma possível explicação para essa constatação é o deslocamento da atenção para a própria pessoa do presbítero e a busca de realização pessoal, como também, ainda segundo Antoniazzi, a distância entre o seu ideal de Igreja e a evolução efetiva do catolicismo na sociedade contemporânea.²² Contudo, pode-se aduzir, também, como causa o influxo da mentalidade cultural vigente, hoje, pois é próprio da modernidade a predominância do subjetivismo e da intersubjetividade, que igualmente influencia o clero brasileiro. Essa causa está de acordo com o foco da pesquisa, porque demonstra a influência recíproca entre a sociedade brasileira e o presbítero.

No Brasil, um tipo de reflexão teológica sobre o ministério ordenado salientou a figura do presbítero como animador das forças

²⁰ O elemento cristológico é a incorporação comum a Cristo por meio do batismo; o elemento eclesial é a integração de todos os batizados no Povo de Deus.

²¹ Cf. VALLE, E. (org.), BENEDETTI, L. R. e ANTONIAZZI, A. op. cit., p. 119, nota 88.

²² Idem, p. 118-119.

vivas presentes na comunidade, coordenador dos ministérios da comunidade e da unidade e da construção do Povo de Deus e elo de comunhão, enquanto coordena em função da unidade.²³ Essa visão entende o presbiterado como um carisma dentre outros na Igreja, mesmo que seja um carisma com a tarefa peculiar de discernimento, coordenação e guia de outros carismas, exercido, não por delegação da comunidade, mas de Cristo, e exercido em prol de todo o Povo de Deus. Essa forma de conceber o presbítero levou, em alguns casos, a percepções e configurações errôneas do ministério presbiteral, e se manifestou insuficiente ou, pelo menos, parcial para explicar a natureza e a missão do presbítero.

É interessante lembrar, como afirma o livro *Padre, você é feliz?*, que o trabalho do sacerdote está entre as chamadas “profissões de ajuda” e tem precedência entre as demais por causa de seu “caráter sagrado”, devendo-se levar em conta essa peculiaridade na reflexão teológica do ministério presbiteral.²⁴ Vale a pena lembrar que a vocação para o ministério presbiteral implica uma atitude de fé no sentido de entender o chamado, dar a resposta e viver a sua vocação como dom de Deus a ser exercido conforme o plano de salvação de Deus para a humanidade. A falta dessa perspectiva de fé dificulta, e até inviabiliza, a vivência do ministério presbiteral na Igreja.

A questão da natureza do ministério presbiteral, ou o *proprium* do presbiterado, é importante, tendo em vista a necessidade de se ter clareza sobre a identidade do presbítero, para evitar idéias e ideais falsos,²⁵ pois é essa que determina as linhas essenciais do ministério ordenado, constituindo-o em seu ser, em seu agir e viver.

O Decreto *Presbyterorum Ordinis* (07 de dezembro de 1965), a Exortação Pós-sinodal *Pastores dabo Vobis* (29 de março de 1992), o *Diretório para o ministério e a vida do presbítero*, da Congregação para o Clero, de 31 de janeiro de 1994, a Carta Pastoral *O presbítero. Mestre da Palavra. Ministro dos Sacramentos e guia da comunidade em vista do terceiro milênio*, também da Congregação para o Clero, de

²³ Como exemplo, pode-se citar, BOFF, L. *E a Igreja se fez povo. Ecclesiogênese: a Igreja que nasce da fé do povo*. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 61 e 62.

²⁴ VALLE, E. (org.), BENEDETTI, L. R. e ANTONIAZZI, A., op. cit., p. 45.

²⁵ Ocorreram, na década de oitenta, ordenações baseadas em ideal social, pensando que a missão do presbítero era a de ser um transformador social, o que trouxe frustrações, diante de uma sociedade cada vez mais desigual e excludente, do ponto de vista social e econômico, pois as diferenças têm se agravado e não diminuído.

19 de março de 1999, a Instrução *O Presbítero. Pastor e guia da comunidade paroquial*, da Congregação para o Clero, de 14 de agosto de 2002, e a literatura teológica pós-conciliar oferecem uma reflexão teológica sobre a vida e o ministério dos presbíteros.²⁶

Essa questão da identidade do presbiterado não é recente. Ela já foi enfrentada no período imediatamente posterior ao término do Concílio Ecumênico Vaticano II (1962-1965), quando a ordem presbiteral enfrentou uma profunda crise, não sem sérias conseqüências para a sua vida e ministério. É o que revela a análise da bibliografia teológica sobre o presbítero na época que compreende o final da década de sessenta e início da seguinte, como já foi aludido acima. Essa situação é compreensível, pois o ministério presbiteral está intimamente relacionado com a autocompreensão da Igreja. De fato, cada vez que a Igreja vive um processo de renovação no modo de compreender a sua própria identidade e do seu existir no mundo, o ministério presbiteral se vê atingido pelos mesmos questionamentos.

O Sínodo dos Bispos de 1971 também se insere dentro deste mesmo panorama, pois foi convocado para oferecer alternativas em vista do difícil momento histórico vivido pelos presbíteros na Igreja. Esse período mostra que o centro da reflexão sobre o presbítero foi a busca de identidade, as conseqüências advindas e a relação com as novas tarefas eclesiais assumidas progressivamente pelos leigos. O problema central, pois, até os anos 1990, gira em torno da fundamentação do ministério presbiteral. Dentro, pois, desse novo contexto da reflexão sobre o ministério presbiteral, a Exortação Pós-sinodal *Pastores dabo Vobis* (1992) lança uma nova luz, ao apresentar um caminho para o atual impasse sobre o “próprio” de sua fundamentação.

A partir de então, já é possível encontrar algumas coordenadas em torno dessa questão, que, apontando para uma síntese, até talvez provisória, permitem classificar da seguinte maneira as posições atuais:

²⁶ Ver, como exemplo, alguma bibliografia, especialmente obras coletivas em: DIANICH, S. *Teologia del ministero ordinato*. Roma, 1984, p. 15, nota 1; FAVALE, A. “Orientamento bibliografico”. In: FAVALE, A. e GOZZELINO, G. *Il ministero presbiterale*. Torino: ELLE DI CI, 1972, p. 265-280; VALSECHI, A. “Saggio bibliografico sul Sacerdozio” in *Presenza Pastorale* 7-8 (1969) 814-820. Para bibliografia mais atualizada, ver: FAVALE, A. *Il ministero presbiterale: Aspetti dottrinali, pastorali, spirituali*. Roma: LAS, 1989, p. 369-370. Entre as obras mais recentes, por exemplo: CAPRIOLI, M. *Il sacerdozio. Teologia e spiritualità*. Roma: Teresianum, 1992; TEPE, V. *Presbítero hoje*. Petrópolis: Vozes, 1994; FAVALE, A. *I presbiteri. Identità, missione, spiritualità e formazione permanente*. Torino: ELLE DI CI, 1999.

a fundamentação cristológica, a eclesiológica e a trinitária ou carismática.²⁷

2.1.1 – A fundamentação cristológica evidencia que o presbítero é representante de Cristo perante a comunidade, isto é, a visibilização sacramental de Cristo Cabeça e Pastor. O sacerdócio de Cristo constitui a base ontológica do sacerdócio do presbítero, estabelecendo uma relação diretamente vertical ao passar a autoridade daquele para este. A representação de Cristo o afasta da esfera secular e o reserva estritamente para as tarefas espirituais.

Diversas fórmulas teológicas foram cunhadas para exprimir essa relação ontológica Cristo-presbítero: sinal da presença de Cristo, cabeça da Igreja; visibilização da imagem bíblica do bom pastor, que dá a vida pelo rebanho; “missão-envio”, com referência à participação na missão de Cristo. A reflexão teológica dos últimos séculos tem acentuado esse modo de entender a identidade do presbítero. Santo Tomás, por exemplo, entende-o deste modo: “Cristo é a fonte de todo sacerdócio: de fato, o sacerdote da Lei (Antiga) era figura dele, entretanto, o sacerdote da nova Lei age na pessoa dele”.²⁸

O Magistério tem seguido essa visão ao buscar argumentos para fundamentar o sacerdócio ministerial e para distingui-lo do sacerdócio comum dos fiéis. Nas últimas décadas, o Vaticano II e os Papas Paulo VI e João Paulo II serviram-se desse modo de pensar. O Papa João Paulo II, por exemplo, por ocasião de sua visita ao Brasil, em 1980, expressa a identidade dos presbíteros da seguinte maneira: “Trata-se, ao contrário, de uma real e íntima transformação por que passou o vosso organismo sobrenatural por obra de um ‘sinete’ divino, o caráter, que vos habilita a agir *in persona Christi* (nas vezes de Cristo), e por isso vos qualifica em relação a Ele como instrumentos vivos de sua ação”.²⁹

²⁷ Uma exposição sintética sobre esse assunto encontra-se em: DIANICH, S. “Nuove prospettive della teologia del ministero”. In: MARRANZINI, A. (a cura di), *Correnti teologiche postconciliari*. Roma: Città Nuova, 1974, p. 171-190; FAVALE, A., op. cit., p. 75-85; TURA, R. “Ordine” in *Dizionario Teologico Interdisciplinare*. Torino: Marietti, 1977, p. 638-640.

²⁸ “*Christus autem est fons totius sacerdotii: nam sacerdos legalis erat figura ipsius; sacerdos autem novae legis in persona ipsius operatur secundum illud II Cor 2, 10: ‘Nam et ego, quod donavi, si quid donavi, propter vos, in persona Christi’. Et ideo non competit Christo effectum sacerdotii suscipere*” (cf. SANTO TOMÁS DE AQUINO, *Summa Theologiae* III, 22, 4).

²⁹ Homília proferida durante a Missa de Ordenação Sacerdotal no Rio de Janeiro, nº 4 (02 de julho de 1980). Cf. JOÃO PAULO II, *A palavra de João Paulo II no Brasil*. São Paulo: Paulinas, 1980, p. 95.

2.1.2 – A fundamentação eclesiológica foi explicitada, particularmente, nos anos 80 e apresentada como ressurgimento do primeiro milênio do cristianismo, quando o presbítero era visto como representante da Igreja, a partir de uma compreensão eclesial e pneumatológica do ministério. O ressurgimento dessa fundamentação foi motivado pela reflexão da teologia pós-conciliar sobre a Igreja, antecedida pelo aprofundamento da pessoa e da missão de Jesus Cristo, favorecedora de novos posicionamentos eclesiológicos, que valorizaram a dimensão comunitária da Igreja e, como conseqüência, deram atenção prioritária às Comunidades Eclesiais de Base, por gerarem um novo modo de ser Igreja.³⁰

Essa nova tendência se subdivide em duas correntes: a sacramental e a funcional. A primeira, a *linha sacramental*, mostra a dimensão simbólica presente nos sacramentos, que são um desvelamento do mistério de Cristo, onde o sacramento da Ordem aparece como símbolo da graça de Deus, da qual nasce a Igreja. Lugar central e originário ocupa a Palavra, que converte a Igreja em sacramento da Palavra e o ministro em mensageiro autorizado da Palavra na Igreja. Para Rahner, o Bispo e o presbítero são pregadores do Evangelho por encargo e em nome da Igreja.³¹

A segunda, a *linha funcional*, apresenta o presbítero como um líder da comunidade, mas sem nenhuma diferenciação ontológica com os demais ministérios ou serviços comunitários. O mandato provém da comunidade e perdura enquanto ela deseja. Abandonando o exercício do presbiterado, cessa o carisma e a pessoa torna-se igual a qualquer outra na comunidade, pois a ordenação sacerdotal não imprimiu nenhum caráter diferenciador dos demais batizados.³² E. Schillebecckx

³⁰ Basta analisar a literatura e a reflexão sobre as CEBs no Brasil. Como exemplo: BOFF, L. *Eclesiogênese*. As comunidades de base reinventam a Igreja. Petrópolis: Vozes, 1977; id., *E a Igreja se fez povo*. *Eclesiogênese: a Igreja que nasce da fé do povo*. Petrópolis: Vozes, 1986; IRIARTE, G. *CEB, um novo modo de ser Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1992.

³¹ RAHNER, K. "L'aggancio teologico per la determinazione dell'essenza del sacerdozio gerarchico". In: *Concilium* 1969/4, p. 310-317.

³² Esta tendência está subjacente na apresentação do presbítero e do bispo como meros coordenadores dos carismas da comunidade, conforme transparece em algumas afirmações de L. Boff, como, por exemplo: BOFF, L. *E a Igreja se fez povo*. *Eclesiogênese: A Igreja que nasce da fé do povo*, p. 61; id., "Ministère et service dans une église populaire". In: *Lumière et Vie* XXXIII (1984), p. 82-89; id., *Igreja: carisma e poder. Ensaio de Eclesiologia Militante*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 234-249. Ver uma análise dessa linha de entender o ministério presbiteral, em GOZZELINO, G. "Carattere ministeriale e spiritualità". *Rivista Liturgica* 63 (1976), p. 652-673.

concebe de igual modo o presbítero, quando afirma que ele deve ser escolhido pela comunidade e dela receber o mandato a ser exercido enquanto ela necessitar. Quando cessa o exercício do mesmo, cessa também o ministério, voltando o presbítero a ser, novamente leigo, como antes de assumir o ministério presbiteral.³³ Essa linha de fundamentação foi bastante criticada.³⁴

É necessário estabelecer uma relação harmoniosa entre a fundamentação cristológica e a fundamentação eclesiológica do ministério presbiteral. Ele é *alter Christus*, não no sentido de que os leigos não o sejam, mas no sentido de que ele torna sacramentalmente Jesus Cristo presente na Igreja e, como tal, para as pessoas. Aqui é preciso manter a diferença da identidade entre o ministério presbiteral e o laicato.

É como afirma a Instrução da Congregação para o Clero, de 14 de agosto de 2002: “O sacerdote, *alter Christus*, é na Igreja o ministro das ações salvíficas. Pelo seu poder sacrificial sobre o Corpo e o Sangue do Redentor, pelo seu poder de anunciar autorizadamente o Evangelho, de vencer o mal do pecado, mediante o perdão sacramental, ele – *in persona Christi capitis* – é fonte de vida e vitalidade na Igreja e na sua paróquia” (*O Presbítero. Pastor e guia da comunidade paroquial* 8).

Contudo, é necessário evitar a justaposição das duas fundamentações, como adverte Alberto Antoniazzi, citando F. G. Brambilla.³⁵ É o que tenta a terceira forma de fundamentação, a trinitária.

2.1.3 – A *fundamentação trinitária*, também apresentada como escatológica, é a mais recente e surgiu para conciliar as duas anteriores, particularmente para reagir à tendência eclesiológica funcional, tendo Gisbert Greshake como seu idealizador. Essa entende unir as duas representações – a de Cristo e da comunidade – por meio da dimensão trinitária do acontecimento da salvação, que, ao caracterizar toda a Igreja, também o faz com o ministério presbiteral. Assim se estabelece a interseção entre a autoridade e o poder de Cristo (*auctoritas et potestas*), fruto da representação de Cristo (*in persona Christi*), e o carisma na comunidade eclesial (*communio*), fruto da representação do

³³ SCHILLEBEECKX, E. *Il ministero nella Chiesa. Servizio di presidenza nella comunità di Gesù Cristo*. Brescia: Queriniana, 1981, p. 61 (nota 13), 83 e 109.

³⁴ Ver as notificações da Congregação da Doutrina da Fé e um estudo sobre a posição desse autor, com análise crítica: HACKMANN, Geraldo Luiz Borges. *Servir a Cristo na comunidade. O ministério presbiteral em Edward Schillebeeckx*. São Paulo: Loyola, 1993.

³⁵ VALLE, E. (org.), BENEDETTI, L. R. e ANTONIAZZI, A., op. cit., p. 121.

Corpo de Cristo (*in persona ecclesiae*). Portanto, em Cristo (*in persona Christi*) o presbítero representa a cabeça da Igreja e na comunidade (*in persona ecclesiae*) o Corpo de Cristo congregado e plenificado de sua vida por meio do Espírito Santo.³⁶

João Paulo II, na *Pastores dabo Vobis*, desenvolve esse modo de pensar próprio desta fundamentação, quando apresenta a natureza e a missão do sacerdócio ministerial na Igreja, mistério, comunhão e missão:

É no interior do mistério da Igreja como comunhão trinitária em tensão missionária, que se revela a identidade cristã de cada um e, portanto, a específica identidade do sacerdote e do seu ministério. O presbítero, de fato, em virtude da consagração que recebe pelo sacramento da Ordem, é enviado pelo Pai, através de Jesus Cristo, ao qual como Cabeça e Pastor do seu povo é configurado, de modo especial, para viver e atuar, na força do Espírito Santo, ao serviço da Igreja e para a salvação do mundo. [...] Não se pode, então, definir a natureza e a missão do sacerdócio ministerial, senão nesta múltipla e rica trama de relações, que brotam da Trindade Santíssima e se prolongam na comunhão da Igreja como sinal e instrumento, em Cristo, da união com Deus e da unidade de todo o gênero humano (*Pastores dabo Vobis* 12).

O *Diretório para o Ministério e a Vida do presbítero*, da Congregação para o Clero, ao explanar as dimensões trinitária, cristológica, pneumatológica e eclesiológica da identidade presbiteral, assim se expressa:

O sacerdote ministerial encontra a sua razão de ser nesta união vital e operacional da Igreja com Cristo. [...] Mediante a ordenação sacramental por meio da imposição das mãos e da oração consecratória por parte do Bispo, estabelece-se no presbitério 'um vínculo ontológico e específico que une o sacerdote a Cristo, Sumo Sacerdote e Bom Pastor'. A identidade do sacerdote deriva, portanto, da participação específica no Sacerdócio de Cristo, pelo qual o ordenado se torna, na Igreja e para a Igreja, imagem real, viva, transparente de Cristo Sacerdote, 'uma representação sacramental de Cristo Cabeça e Pastor'. [...] A identidade, o ministério e a existência do presbítero estão, portanto, essencialmente relacionadas com as três Pessoas Divinas, em ordem ao serviço sacerdotal à Igreja (*Diretório...* n. 2, 3 e 4).

³⁶ Cf. GRESHAKE, G. *Essere preti. Teologia e spiritualità del ministero sacerdotale*. Brescia: Queriniana, 1984 (especialmente p. 114-138); FAVALE, A., op. cit., p. 75-77.

Contudo, mais recentemente, alguns autores procuram elaborar um perfil de teologia do ministério presbiteral que inclua, sem negar a fundamentação trinitária, outros elementos, buscando um caminho mais amplo no situar o *proprium*. Como exemplo, podem aduzir-se Francesco G. Brambilla³⁷ e Agostino Favale. Este último acrescenta outros elementos, que considera indispensáveis para a elaboração da identidade do ministério presbiteral: 1) perspectiva antropológico-ecclesiológica; 2) da sua particular origem trinitária; 3) do seu fundamento cristológico; 4) de seu peculiar destino eclesial e pastoral; 5) da sua especial atuação pneumatológica; 6) da referência ao seu específico ministério escatológico.³⁸

2.2 A missão do presbítero

Após o estudo da natureza do presbiterado, deve-se analisar a sua missão. O ponto de partida é o Decreto do Concílio Ecumênico Vaticano II sobre o ministério e a missão dos presbíteros, intitulado *Presbyterorum Ordinis*. Nesse Decreto, encontra-se uma reflexão atualizada e que teve muita repercussão na vida da Igreja no período pós-conciliar.

O Decreto está dividido em três capítulos. No primeiro capítulo, é explicitada a missão do presbítero na Igreja. Inicialmente, o documento expõe a natureza do presbiterado. Ordenado ao sacerdócio comum, embora se diferencie dele “na essência e não apenas em grau” (cf. *Lumen Gentium* 10), os presbíteros são chamados a serem cooperadores da Ordem episcopal para desempenhar o ofício de Jesus Cristo, mediante uma configuração especial com ele:

O ofício dos presbíteros, por estar ligado à Ordem episcopal, participa da autoridade com que o próprio Cristo constrói, santifica e rege o seu Corpo. Por isso, o sacerdócio dos presbíteros, supondo embora os sacramentos de iniciação cristã, é conferido por aquele sacramento peculiar mediante o qual os presbíteros, pela unção do Espírito Santo, são assinalados com um caráter especial e assim configurados com Cristo Sacerdote, de forma a poderem agir na pessoa de Cristo cabeça (*Presbyterorum Ordinis* 2).

³⁷ BRAMBILLA, F. G. Per una teologia del ministero ordinato. In: CAPPELLINI, E. (org.). *Episcopato, presbiterato, diaconato*. Cinisello Balsamo: Paoline, 1988, p. 35-74.

³⁸ FAVALE, A. Identità teologica del presbitero. *Laternaum* 56 (1990), p. 441-483. Apud id., *I presbiteri. Identità, missione, spiritualità e formazione permanente*. Torini: ELLE DI CI, 1999, p. 96s.

O mesmo documento explana a condição do presbítero no mundo. Eles são “assumidos dentre os homens e estabelecidos em favor” deles, e vivem com as demais pessoas como irmãos. Por isso, estão envolvidos com as mesmas realidades do povo, mas mantêm a sua própria identidade, porque, “por vocação e pela sua ordenação”, eles são, “de certo modo, segregados no seio do Povo de Deus”, não para se separarem, mas “para se consagrarem totalmente à obra para a qual o Senhor os assume” (cf. *Presbyterorum Ordinis* 3).

Quer dizer que os presbíteros se tornam sinais por serem ministros de Cristo, ou seja, “testemunhas e dispenseiros de outra vida, que não a terrena”. Para poderem servir como tal, não podem estar alheios à existência e condições de vida cotidiana das pessoas. Eles são sinais. E, assim, de acordo com o documento, eles devem estar, ao mesmo tempo, próximos e distantes do povo. Próximos, porque compartilham a mesma vida humana. Distantes, por causa da missão que exercem no mundo, e, como tal, devem ser sinais de Deus. E como sinais, devem ser diferentes, pois, do contrário, deixam de ser sinais. Uma diferença que não é antropológica, mas teológica e espiritual. Devem ser, pois, sal da terra e luz do mundo (cf. *Mt* 5,13-16). Nisto se percebe a importância de o presbítero estar no mundo e conhecer a realidade que o cerca e da qual, igualmente, compartilha. Mas é necessário que ele não se deixe influenciar pelas forças negativas que destroem a dignidade humana e a condição espiritual de filhos de Deus, como se percebe no mundo de hoje.

O segundo capítulo explicita, com clareza, o ministério do presbítero. E o faz através de três pontos. O primeiro ponto trata das tarefas dos presbíteros; o segundo, das relações com as demais pessoas e o terceiro, da distribuição dos presbíteros e as vocações sacerdotais.

As tarefas dos presbíteros são três: a Palavra; os sacramentos, e a Eucaristia em particular; e o governo do Povo de Deus. Assim, a primeira função dos presbíteros é a de serem ministros da palavra de Deus. Essa característica é reveladora: o presbítero é ministro da Palavra de Deus e não da sua palavra. Como a comunidade cristã se congrega pela “Palavra do Deus vivo”, pois a “fé nasce da pregação” (cf. *Rm* 10,17), é obrigação deles ensinarem não a própria sabedoria, mas a Palavra de Deus, porque o Povo de Deus se constitui e aumenta pela Palavra. Por isso, eles compartilham a verdade do Evangelho com todos, apesar das dificuldades próprias de cada época.

A pregação sacerdotal – por vezes extremamente dificultada nas circunstâncias do mundo de hoje – para mover mais profundamente as mentes dos ouvintes, não há de expor apenas de modo geral e abstrato a Palavra de Deus, mas deverá aplicar a verdade perene do Evangelho às circunstâncias concretas da vida (*Presbyterorum Ordinis* 4).

A segunda tarefa apontada pelo documento, na primeira parte de seu segundo capítulo, é a dos sacramentos e, em particular, o da Eucaristia. Por meio dos sacramentos, eles exercem a função de santificar o Povo de Deus.

Por isso é que os presbíteros são consagrados por Deus, pelo ministério do Bispo, feitos de modo especial participantes do Sacerdócio de Cristo, para, nas celebrações sagradas, agirem como ministros dele, que na liturgia exerce o seu *múnus* sacerdotal continuamente em nosso favor pelo seu Espírito (*Presbyterorum Ordinis* 5).

A Eucaristia é o centro, pois “os demais sacramentos, como, aliás, todos os ministérios eclesiais e tarefas apostólicas, se ligam à sagrada Eucaristia e a ele se ordenam”, pois a assembléia eucarística é o “centro da comunidade de fiéis presidida pelo Bispo” (cf. *Presbyterorum Ordinis* 5). Daí tem o presbítero uma responsabilidade muito grande, pois deve oportunizar a participação dos fiéis nos sacramentos e ensiná-los a “celebrar o Senhor de todo o coração” (cf. *idem*).

Por fim, a terceira e última tarefa explicitada no Decreto é do “governo do Povo de Deus”. Empregando outra linguagem, essa tarefa é a da comunidade, pela qual o presbítero exerce todo o cuidado de Pastor de sua comunidade ou de sua paróquia, a exemplo de Jesus Cristo, mestre, guia e pastor: “Exercendo o *múnus* de Cristo, cabeça e pastor na parte de autoridade que lhes toca, os presbíteros reúnem, em nome do Bispo, a família de Deus, como fraternidade animada por um só objetivo, e levam-na por Cristo no Espírito a Deus Pai” (*Presbyterorum Ordinis* 6).

Essa tarefa, portanto, diz respeito ao cuidado que os presbíteros devem ter para com a educação de seus fiéis, a fim de que eles cheguem à maturidade da fé. Para tal, eles devem guiar o Povo de Deus, no sentido de que os fiéis descubram a vontade de Deus, sem descurar de ninguém, seja tanto por sua condição social quanto pelo seu estado de vida ou vocação e, muito menos, ligados a “alguma ideologia ou facção

humana”. O mesmo vale para a ação missionária, à qual a comunidade cristã deve estar atenta:

É, aliás, pela caridade, oração, exemplo e obras de penitência, que a comunidade eclesial desempenha verdadeira função de mãe para com as almas que devem ser levadas para Cristo. Pois a comunidade se transforma em instrumento eficaz, a indicar e a abrir o caminho para Cristo e sua Igreja aos olhos dos que ainda não crêem. Por ela também se despertem, nutrem e robustecem os fiéis para a luta espiritual (*Presbyterorum Ordinis* 6).

[...] cabe aos sacerdotes, como educadores na fé, cuidar por si ou por outros que cada fiel seja levado no Espírito Santo a cultivar a própria vocação segundo o Evangelho, à caridade sincera e operosa, e à liberdade com que Cristo nos libertou. De pouco servirão as cerimônias, embora belas, bem como as associações, embora florescentes, se não se ordenam a educar os homens a conseguir a maturidade cristã (*Presbyterorum Ordinis* 6).

A segunda parte do segundo capítulo do documento em tela analisa as relações dos presbíteros com as demais pessoas. E essa acontece em três níveis: entre Bispos, presbíteros e leigos. Acima de tudo, o documento recomenda relações de fraternidade com todos.

Entre Bispos e presbíteros há uma fundamentação sacramental para as relações entre eles, porquanto todos “participam de um e mesmo sacerdócio e ministério de Cristo, que essa unidade de consagração e missão chega a postular a comunhão hierárquica deles com a Ordem dos Bispos” (*Presbyterorum Ordinis* 7), que se torna visível na celebração eucarística. Isso os torna “auxiliares e conselheiros dos Bispos no ministério e no múnus de ensinar, santificar a apascentar o povo de Deus”, além da obediência e da necessidade de trabalharem em conjunto (cf. *idem*).

Entre os presbíteros existe “uma íntima fraternidade sacramental” e formam um só presbitério na diocese, “para cujo serviço estão escalados sob a direção do Bispo próprio” (cf. *Presbyterorum Ordinis* 8). A razão disso é a seguinte:

Com os demais membros deste presbitério, cada qual está unido por laços especiais de caridade apostólica, de ministério e fraternidade: é o que já desde os tempos antigos se exprime liturgicamente na hora em que os presbíteros presentes são convidados a impor as mãos sobre o novo eleito, junto com o Bispo que ordena, e quando em coração unânime concelebram a Sagrada Eucaristia (*Presbyterorum Ordinis* 8).

Como já citado acima, o presbítero é um cooperador da Ordem episcopal e o Bispo, por sua vez, deve ser o motivador do ministério presbiteral. Existindo entre ambos uma relação de amizade, onde haja uma obediência sacerdotal em relação ao Bispo.

Por causa do dom do Espírito Santo, que foi dado aos presbíteros na sagrada ordenação, são eles os auxiliares e conselheiros necessários dos Bispos no ministério e no múnus de ensinar, santificar e apascentar o Povo de Deus. [...] Por causa desta comunhão no mesmo sacerdócio e ministério, os Bispos tenham os presbíteros em conta de irmãos e amigos e, na medida de suas forças, tomem a peito o bem deles, tanto o material, quanto, sobretudo, o espiritual. [...] [Os presbíteros] unam-se, pois, a seu Bispo por uma caridade sincera e pela obediência. Esta obediência sacerdotal, repassada de espírito de cooperação, se baseia na própria participação do ministério episcopal, que é conferido aos Presbíteros através do Sacramento da Ordem e da missão canônica. Requer-se tanto mais em nossos dias a união dos presbíteros com os Bispos, porquanto neste nosso tempo, por motivos diversos, as iniciativas apostólicas não só terão que revestir formas múltiplas, mas deverão ainda ultrapassar os limites de uma só paróquia e diocese (*Presbyterorum Ordinis* 7).³⁹

A união e a cooperação fraterna entre os presbíteros, de acordo com o documento, e estendida ao Bispo, ajudam a superar as dificuldades inerentes ao trabalho pastoral e as relações recíprocas. A missão é a mesma, por isso, todos devem estar conscientes da união resultante da fraternidade sacramental, que une aqueles que receberam o sacramento da Ordem. Assim, o documento recomenda a prática de verdadeiro espírito fraterno, da hospitalidade, e do cultivo da beneficência e da comunhão de bens, tendo particular solicitude para com os doentes, os aflitos, os sobrecarregados de trabalho, os que vivem sós, os que vivem longe da Pátria, além dos que sofrem perseguições.

Com os demais membros deste Presbitério, cada qual está unido por laços especiais de caridade apostólica, de ministério e fraternidade: é o que já desde tempos antigos se exprime liturgicamente na hora em que os presbíteros presentes são convidados a impor as mãos sobre o novo eleito, junto com o Bispo que ordena, e quando em coração unânime concelebram a Eucaristia. Cada um dos presbíteros se une, pois, a seus confrades

³⁹ Idem, p. 506-508, nº 7.

pelo vínculo da caridade, oração e onímoda cooperação. Assim é que se manifesta aquela união, pela qual Cristo quis que os seus se consumassem na unidade, a fim de que o mundo conhecesse que o Filho fora enviado pelo Pai (*Presbyterorum Ordinis* 8).

Para com os leigos, o relacionamento do presbítero tem como base a “tarefa mais elevada e indispensável de pais e mestres no seio do Povo de Deus e em favor do Povo de Deus”, sem, contudo, esquecer que todos – presbíteros e leigos – são “discípulos do Senhor, feitos participantes do reino dele, pela graça de Deus que os chamou” (cf. *Presbyterorum Ordinis* 9).

Esse relacionamento maduro é um dos pontos vitais na vida do presbítero, porque está de acordo com a natureza e a missão de sua vocação presbiteral. O presbítero é uma pessoa de relações, porquanto irá anunciar o Reino de Deus. Por isso, o serviço à comunidade ao qual foi enviado pelo Bispo é determinante para a realização pessoal dele. É no serviço à comunidade e no cumprimento de suas funções que eles se sentem realizados por aquilo que são e fazem, além de se sentirem estimulados pelo ambiente onde exercem sua função e pelas pessoas com quem convivem.

O terceiro e último capítulo do Decreto *Presbyterorum Ordinis* reflete sobre a vida do presbítero, abordando a questão da santidade sacerdotal. Como todo cristão, o presbítero é chamado, de modo especial, a cultivar sua vocação à santidade, porque ele está configurado com Cristo pelo sacramento da Ordem.

A busca da santidade por parte do presbítero deve ser maior do que a dos fiéis leigos, pois ele é guia e mestre destes e, como tal, deve dar exemplo e testemunho de santidade. Pelo sacramento da Ordem, ele é configurado a Cristo sacerdote e essa configuração, aliada a busca de santidade, concorre para o desempenho frutuoso do presbítero. A busca da santidade deve ser diária, seguindo o exemplo de Cristo mestre.

Os sacerdotes, porém, se vêem obrigados por um título especial a atingir tal perfeição, pelo fato de eles, consagrados a Deus de modo novo pela recepção da Ordem, se transformaram em instrumentos vivos de Cristo Eterno Sacerdote, a fim de poderem ao longo dos tempos completar a obra admirável dele, que reintegrou com a eficiência do alto toda a sociedade dos homens. Como, pois, cada sacerdote, a seu modo, faz as vezes da pessoa do próprio Cristo, é também enriquecido por uma graça peculiar, para que, no serviço dos homens a ele confiados e do Povo de Deus todo, possa tender

mais adequadamente à perfeição daquele a quem representa, e para que a santidade daquele que se fez por nós pontífice ‘santo, inocente, imaculado, separado dos pecadores’ [Hb 7,26], possa remediar a fraqueza do homem carnal (*Presbyterorum Ordinis* 12). Cristo, que o Pai santificou ou consagrou e enviou ao mundo [...]. De igual modo os sacerdotes, consagrados pela unção do Espírito Santo e enviados por Cristo, mortificam em si mesmos as obras da carne e dedicam-se totalmente ao serviço dos homens, e assim, pela santidade de que foram enriquecidos em Cristo, podem progredir até chegar ao homem (*Presbyterorum Ordinis* 12).

A fonte principal da santidade para os presbíteros é o seu próprio ministério. Por meio da Palavra de Deus, dos sacramentos e da comunidade eclesial, eles irão cultivando sua vida espiritual. “Os presbíteros alcançarão a santidade de maneira autêntica, se desempenharem suas tarefas de modo sincero e incansável no Espírito de Cristo” (*Presbyterorum Ordinis* 13). O modelo é Jesus Cristo, o Bom Pastor: “Dirigindo e apascentando o Povo de Deus, são animados pela caridade do Bom Pastor a dar a vida pelas ovelhas” (idem).

Outro aspecto importante que o Decreto ressalta é a unidade de vida do presbítero, no sentido de harmonizar a vida interior com o ritmo das atividades cotidianas. Esta só será possível, se o presbítero seguir o exemplo de Jesus Cristo, que cumpriu a vontade do Pai (cf. Jo 4,34). Essa atitude é fundamental para o presbítero ter capacidade de atuar na sociedade como um meio de transformação, conseguindo ser sinal de Deus no meio do povo.

Cristo, para continuar no mundo a fazer incessantemente a vontade do Pai mediante a Igreja, atua realmente pelos seus ministros, e assim fica sempre o princípio e a fonte de unidade da sua vida. Portanto, os presbíteros alcançarão a unidade da sua vida, unindo-se a Cristo no conhecimento da vontade do Pai e no dom de si mesmos pelo rebanho que lhes foi confiado. Assim, fazendo as vezes do Bom Pastor, encontrarão no próprio exercício da caridade pastoral o vínculo da perfeição sacerdotal, que conduz à unidade de vida e ação (*Presbyterorum Ordinis* 14).

Um dos pontos da vida do presbítero muito questionado pela sociedade atual é a lei do celibato. O Decreto reafirma a lei do celibato para a vida do presbítero e declara que este deve ser entendido e vivenciado como uma graça recebida da parte de Deus, conforme Mt 19,12. Entre os motivos para que a lei do celibato eclesiástico permaneça está a sua harmonia com o sacerdócio, pois ele se torna fonte

de caridade pastoral e de fecundidade espiritual no mundo (cf. *Presbyterorum Ordinis* 16). Pelo celibato, o presbítero, com um coração indiviso, está mais livre para trabalhar em prol do Reino de Deus e fazer uma entrega total de si mesmo, tornando-se um sinal do Reino futuro, ao seguir o exemplo de Cristo, o Bom Pastor, que entregou a sua vida em favor de muitos.

O Documento recomenda que o presbítero assuma um estilo de vida simples, valorizando a pessoa pela dignidade que lhe é própria e dando o devido valor aos bens terrenos, e, mesmo sem desprezá-los, porque são dons criados por Deus, consigam fugir da ganância e superar a tentação do consumismo.

Pois os sacerdotes – sendo eles os que têm o Senhor com ‘sua parte e herança’ [Nm 18,20] – hão de fazer uso dos bens temporais tão-somente para aqueles fins aos quais é lícito destiná-los, segundo a doutrina de Cristo Senhor e as disposições da Igreja (*Presbyterorum Ordinis* 17).

Os presbíteros, assim como os Bispos, evitem tudo o que possa de algum modo afastar os pobres, depondo, mais que os restantes discípulos de Cristo, toda a sombra de vaidade nas suas coisas. Disponham a sua habitação de maneira que não se torne inacessível a ninguém, por mais humilde que seja, tenha receio de frequentá-la (*Presbyterorum Ordinis* 17).⁴⁰

Como último ponto do terceiro capítulo, o Decreto expõe os meios pelos quais o presbítero deve dispor para alimentar a sua vida presbiteral. O primeiro deles é o favorecimento da vida espiritual, através de diversos meios, entre os quais a mesa da Palavra e da Eucaristia, com a maior freqüência possível, assim como o sacramento da Penitência. Tudo isto tendo presente diante de si o exemplo do Cristo Bom Pastor, com quem deve manter um colóquio diário. Outro meio é o favorecimento do estudo e da ciência pastoral, dando prioridade ao estudo da Sagrada Escritura, dos Santos Padres, do Magistério da Igreja e da Tradição. Estes estudos devem visar uma formação permanente, a fim de aprofundar-se cada vez mais no que é específico do presbiterado. Por outra, deve haver uma preocupação especial com a formação dos presbíteros mais novos e daqueles que se preparam para assumir o ministério presbiteral (*Presbyterorum Ordinis* 11).

⁴⁰ Idem, p. 529-530. nº 17.

3 O lugar social do presbítero brasileiro

Neste último ponto, se deseja expor algumas das conclusões a que se chega por meio dos dois pontos anteriores e, assim, igualmente apresentar algumas perspectivas de acordo com a finalidade desta pesquisa. Isto para aquele que está disposto a assumir essa vocação na Igreja de Jesus Cristo, como resposta ao chamado do Mestre “Vinde em meu seguimento e eu vos farei pescadores de homens” (*Mt* 1, 17; cf. *Mt* 4,19 e *Lc* 5, 10).

a) O presbítero, sinal de Cristo e da Igreja

Há uma relação íntima entre a autoconsciência da Igreja e a autoconsciência do ministério presbiteral, pois este, como representante de Cristo na comunidade, age dentro de uma Igreja determinada. O presbítero não está no mundo e, como conseqüência, agindo na sociedade, isolado ou sem referência alguma. O seu ponto referencial é a Igreja católica, por meio de seus ensinamentos e seus pastores.

A *Pastores dabo Vobis* afirma que a identidade do presbítero deve ser entendida na “Igreja como mistério, comunhão e missão” (cf. *Pastores dabo Vobis* 12). Mais explicitamente continua: “É no interior do mistério da Igreja como comunhão trinitária em tensão missionária, que se revela a identidade cristã de cada um e, portanto, a específica identidade do sacerdote e de seu ministério” (id.).

Portanto, a identidade sacerdotal deve ser buscada em uma eclesiologia de comunhão, que abre o presbítero para compreender o seu ser e a sua missão no seio do Povo de Deus, além de trazer a dimensão “relacional” própria do presbítero, que o torna homem de comunhão com seu Bispo e demais presbíteros (cf. id.).

Não se trata aqui de estabelecer um eclesiocentrismo, como se fosse possível anunciar a Igreja sem Jesus Cristo, como adverte José Comblin em um artigo recente.⁴¹ Contudo, é impossível anunciar Jesus Cristo desligado da Igreja, porque ele a quis e colocou no mundo como sacramento universal de salvação (cf. *Lumen Gentium* 1). Portanto, o presbítero irá atuar na sociedade como seguidor e sinal de Jesus Cristo e de sua Igreja, pois, ao anunciar a Palavra de Deus, estará congregando o Povo de Deus (cf. *Presbyterorum Ordinis* 4).

⁴¹ COMBLIN, J. Olhando para o horizonte. *Revista Eclesiástica Brasileira*, v. 65 (fasc. 260), outubro de 2005, p. 831-857.

b) A espiritualidade presbiteral

O presbítero só poderá ocupar de forma adequada e eficaz o seu papel social caso tenha uma profunda espiritualidade. Todavia, a espiritualidade presbiteral é um dos problemas apontados pelos comentaristas da pesquisa feita entre os presbíteros participantes do 9º ENP. De fato, o problema reflete a dificuldade própria do presbítero de encontrar o lugar de sua espiritualidade no exercício cotidiano do ministério presbiteral e a medida satisfatória de renovar a sua entrega a Deus, dada no dia de sua ordenação presbiteral, diante da multiplicidade de tarefas, que lhe são exigidas cotidianamente, e o risco do ativismo.

A espiritualidade é um itinerário permanente,⁴² que exige esforço cotidiano do presbítero, porquanto a sua genuína fecundidade pastoral não deriva de suas qualidades e dotes humanos, embora estes tenham importância, mas desabrocha da essencial referência a Jesus Cristo, de modo que ele não anuncie a si mesmo, mas a Jesus Cristo e o seu Reino.

O ministério pastoral é constitutivo da espiritualidade presbiteral. A função pastoral torna-se o coeficiente regenerador da vida espiritual dos presbíteros, enquanto ele consegue estabelecer uma reciprocidade entre o ministério pastoral e a santidade presbiteral, no sentido de que uma torna-se alimento e iluminação para a outra. No serviço da palavra, dos sacramentos e do pastoreio do Povo de Deus se enxerta e se desenvolve um aspecto misterioso da existência presbiteral: a paternidade espiritual, conforme aponta a *Lumen Gentium* 28 e a *Presbyterorum Ordinis* 9,⁴³ É como fazia o apóstolo Paulo (cf. *1 Cor* 4,15-16).

As relações do presbítero com as pessoas em geral, e com o Bispo e o presbitério, em particular, também fazem parte da espiritualidade presbiteral, porquanto conclamam ao nível da colaboração, com todos os membros do Povo de Deus e com o conselho presbiteral, pois o ministério presbiteral é comunal, em contrapartida ao isolamento, tão comum nos dias de hoje, tendo "... na fraternidade e na co-responsabilidade ministerial um dos seus grandes pontos de força" (cf. *O presbítero. Mestre ...*, p. 48 e 49).

⁴² Como exemplo de proposta de um itinerário espiritual: CHIESA DI BOLOGNA, *Proposta di vita spirituale per i presbiteri diocesani*. Bologna: Dehoniane, 2003.

⁴³ FAVALE, A., op. cit., p. 329.

Entre os elementos bases para uma espiritualidade presbiteral podem apontar-se os seguintes:

- 1 – espiritualidade de missão e consagração, como presença entre as pessoas;
- 2 – a atitude de serviço, pois o ministério presbiteral é um serviço, enquanto atualização do Cristo Pastor em ordem à salvação das pessoas, pois o presbítero é consagrado para uma missão e para a glória de Deus;
- 3 – espiritualidade de comunhão, na união com Deus Trino e com a Igreja, com o Bispo e com o presbitério, com o Papa e o Colégio Episcopal, com os diáconos e com os leigos, de acordo com as pluridimensões da espiritualidade presbiteral;
- 4 – a consagração presbiteral tem como princípio e fonte o Bom Pastor, ou seja, a caridade pastoral, que é a força interior unificadora das diversas atividades do presbítero.

c) Um presbítero educador da fé

O padre tem uma função mistagógica, isto é, de ser sinal de Deus no mundo e educador para a oração, no sentido de ajudar as pessoas a fazerem uma experiência de Deus.⁴⁴ Daí a necessidade de uma espiritualidade profunda, viva, apesar de ela ser um processo permanente.

Não obstante a dificuldade de sobrecarga de atividades à qual o presbítero, muitas vezes, está submetido, ele não consegue atender as necessidades daquelas pessoas que estão à margem de sua paróquia, por isso sua atenção volta-se somente aos que estão à sua volta. Esta sobrecarga se dá pela falta de presbíteros para o trabalho pastoral nas Dioceses do Brasil. Como exemplo, há regiões onde existe um presbítero para 16.162 habitantes, e, mesmo em regiões onde o número de presbíteros é maior, são, ainda, 6.407 a 6.612 habitantes por presbítero.

Apesar dessa dificuldade real, o presbítero deve ser um mistagogo, ou seja, auxiliar as pessoas a fazerem a experiência de Deus. Não de um Deus explicado pela razão, mas de um Deus explicado pelo coração e que se revela como mistério.

⁴⁴ Cf. COMISSÃO NACIONAL DOS PRESBÍTEROS, Presbíteros do Brasil construindo história, p. 392.

d) A questão da formação para o presbiterado

É uma questão essencial e que exige um cuidado muito grande, hoje, pois as dificuldades atuais para alguém ser presbítero são maiores que em outros tempos, devido à complexidade da sociedade atual. O hedonismo característico da sociedade de consumo de hoje cria dificuldades, às vezes intransponíveis, para a escolha vocacional e para uma opção amadurecida. Também as experiências trazidas do ambiente de onde provêm os candidatos aportam dificuldades para a orientação e para a vivência do sacerdócio, assim como para o celibato. Diante disso, as duas matizes da formação – a humana e a espiritual – tornam-se preponderantes para a vida sacerdotal.

O sexto capítulo da *Pastores dabo Vobis* é totalmente dedicado a esse tema. A pastoral presbiteral já existente, hoje, como resposta ao apelo da Exortação Pós-Sinodal, tem um grande contributo a dar para a formação permanente. Torna-se fundamental, antes de tudo, estar consciente de sua identidade, para poder viver o específico de sua vocação e exercer o ministério de tal forma a dar uma resposta às necessidades particulares do tempo atual.

e) Instância crítica

Como decorrência do que foi explicitado anteriormente, o presbítero pode exercer um lugar social relevante, que é o de ser alguém que exerce uma função crítica na sociedade, fruto da especificidade de seu papel social. Com isso, ele se torna capaz de questionar a situação da sociedade a partir da Boa-Nova do Evangelho de Jesus Cristo e, como aquele que contribui para a concreção do Reino de Deus no mundo, contribuindo, dessa forma, para a construção de uma sociedade mais justa e fraterna, superando a exclusão social.

Com isso, o presbítero poderá ir ao encontro das necessidades das pessoas, fugindo de um anúncio meramente abstrato do Evangelho. Assim agindo, ele poderá mover os corações e as mentes para o seguimento a Jesus Cristo, como recomenda a *Presbyterorum Ordinis*: “[...] para mover mais convenientemente os corações dos ouvintes, não deve expor apenas de modo geral e abstrato a Palavra de Deus, mas sim aplicando às circunstâncias concretas da vida a verdade perene do Evangelho” (*Presbyterorum Ordinis* 4). Isso exigirá que o presbítero esteja próximo das pessoas e seja capaz de perceber as suas necessidades, as suas angústias e alegrias, suas derrotas e vitórias. Dessa forma, ele poderá ser um verdadeiro agente de transformação

social, como ministro da Igreja de Jesus Cristo, não se deixando levar por facções ou ideologias, mas, unicamente, pela fidelidade ao Evangelho de Jesus Cristo.

Como conclusão, a missão exercida pelo presbítero na sociedade brasileira é importante e insubstituível. Como a sociedade brasileira atual vive uma crise de valores e carece de líderes autênticos, os presbíteros são chamados a ocuparem um lugar social de liderança, sem deixar de lado a fidelidade à própria missão. Ao contrário, sendo fiéis à natureza e à missão de presbíteros é que poderão ocupar, com eficácia e eficiência, o lugar social que lhes cabe. Como verdadeiros líderes religiosos, conscientes de si mesmos e de sua missão, eles poderão contribuir qualitativamente para a transformação da sociedade brasileira.

Como a evangelização compreende anúncio, testemunho, diálogo e serviço, os presbíteros deverão ser, como arautos do Evangelho, peritos em humanidade e conhecedores do coração humano. Não poderão deixar de ser, para realizar sua tarefa profética, contemplativos e enamorados de Deus, no sentido de se tornarem santos para evangelizar o mundo, pois são mestres da palavra, agindo “*in nomine Christi et nomine Ecclesiae*”.

Enfim, a Carta Pastoral *O presbítero. Mestre da Palavra. Ministro dos Sacramentos e guia da comunidade em vista do terceiro milênio*, da Congregação para o Clero, de 19 de março de 1999, afirma que os presbíteros são os primeiros evangelizadores, porque “são os primeiros responsáveis desta nova evangelização do terceiro milênio” (p. 11). Esse é um papel necessário e insubstituível dos presbíteros, que deve saber unir a “autoridade espiritual objetiva”, que é fruto da ordenação, com a “autoridade subjetiva, proveniente da sua vida sincera e santificada, da sua caridade pastoral, manifestação da caridade de Cristo” (p. 14 e 15).